

RESENHAS

REPÚBLICA DE CRIANÇAS. SOBRE EXPERIÊNCIAS ESCOLARES DE RESISTÊNCIA

Helena Singer

São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1997, 179p.

Abençoados os que dizem não, porque deles deveria ser o reino da Terra, Deveria, disseste, O condicional foi deliberado, o reino da Terra é dos que têm o talento de pôr o não ao serviço do sim, ou que, tendo sido autores de um não, rapidamente o liqüidam para instaurarem um sim.

Saramago, 1989. p.330

Helena Singer aceita o desafio do estudo das práticas de resistência e vai em busca das "falhas" desse universo aparentemente tão homogêneo e unificado do sistema escolar. Recupera histórias de recusas, de recusas que se transformaram em propostas, que conseguiram instaurar um "sim" múltiplo e criativo, apontando para o desejo de uma outra vida, de outras relações (utopias, sonhos).

Apresentará experiências heterogêneas, geradas em diferentes momentos históricos, em diferentes países e que podem ser agrupadas sob a denominação de *escolas livres, escolas democráticas*. Escolas livres? É possível pensar em escolas livres? É possível contestar a necessidade de escolarização da vida, tal como a conhecemos hoje? Como se relacionaram essas escolas com o meio, qual foi sua proposta educacional, quais foram os paradoxos e contradições que modelaram suas práticas? Até que ponto conseguiram atuar diferentemente? Tais questões norteiam a pesquisa.

As escolas apresentadas como exemplo e analisadas são: Yásnaia-Poliana, dirigida por Leon Tolstói, entre 1857 e 1860; o Lar das Crianças, fundado por Janusz Korczak e Stefa Wilczinska em 1912 e que funcionou de 1914 a 1942; Summerhill — inicialmente Escola Internacional, fundada

por Alexander Sutherland Neill, em funcionamento de 1921 até hoje. Além dessas experiências centrais, Helena Singer apresenta dados atuais sobre as escolas livres: existem 95 escolas democráticas funcionando no mundo todo, sendo a mais antiga de 1921, verificando-se uma relação entre o reaparecimento das escolas democráticas no cenário educacional e os acontecimentos da década de 60.

Helena Singer mostra como as mais diversas realidades socioculturais suscitam a formação de escolas muito similares, que se caracterizaram pela proposta de uma prática educacional diferente, em oposição a um sistema de avaliação, competição e autoritarismo.

O recorte da pesquisa é feito levando em consideração duas características básicas e comuns que unificam as diferentes experiências: a presença das assembleias escolares e das aulas opcionais. Repúblicas de crianças com iniciativa, responsáveis, críticas, autônomas: o objetivo das escolas era fazer da infância um tempo de felicidade, responsabilidade, autenticidade, autodeterminação e respeito, em vez de uma fase marcada pela tristeza, dor, esforço, antecipação e regulação.

A primeira parte do texto trata de "Disciplina, autonomia e resistência". Se os educadores que fundaram as escolas analisadas se inspiraram em pensadores que apostaram na razão como princípio da evolução humana, como Rousseau, Marx e Freud, Helena Singer defende que, com base na análise dos textos produzidos e das práticas escolares descritas, os educadores foram além, procurando novas formas de subjetividade: "mais do que tentar descobrir o que somos e tentar construir o que poderíamos ser, a atitude adotada é de recusa da imposição de uma individualidade" (p.30).

Mostrará como essas escolas recusam um dispositivo pedagógico fundamentalmente disciplinar, dominante — “sintoma social dominante” (Fernandes, 1994) —, identificado à norma e à submissão. Helena Singer recupera, nesta discussão, o contraponto Durkheim e Foucault.

Para Durkheim, a educação é, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua existência (Durkheim, 1972, p.82). Percebendo as crianças como profundamente influenciáveis e modeláveis, a escola as transforma nos homens que a sociedade requer. Trabalhará para a construção das similitudes essenciais reclamadas pela vida coletiva e para a recriação da heterogeneidade requerida pela divisão do trabalho social. A alma da criança deverá ser influenciada para desenvolver um forte sentido do dever, de forma a diminuir os conflitos que possam existir entre desejos individuais e necessidades sociais. A criação desse sentimento de dever apoiar-se-á na ciência que estabelecerá, com base em estudos sistemáticos das estatísticas escolares para determinar as transgressões mais frequentes, uma disciplina consistente, com um sistema de penas e recompensas embasado na “criminologia infantil” (Durkheim, 1972, p.63)

A educação escolar deveria, portanto, pela persuasão, assentar as bases da moral, e contanto com o auxílio da psicologia, da sociologia e da história, introduziria o espírito da disciplina, abnegação e autonomia. A disciplina seria o senso e o gosto da regularidade, da limitação do desejo, do respeito à regra e do esforço. O espírito de abnegação implicaria o reconhecimento da existência de fins individuais e de fins sociais, em uma relação de hierarquia, com os fins sociais predominando sobre os fins individuais; a autonomia seria a atitude do indivíduo que aceita a regra, porque a reconhece racionalmente estabelecida.

Foucault analisará essa atuação da escola dentro do marco dos sistemas disciplinares,

com a educação como fator de sujeição na sociedade disciplinar: em sua essência funcionariam mecanismos penais, micropenalidades em relação ao uso do tempo, do espaço, das atividades, do corpo. A escola, dentro de seu sistema de igualdade formal, funcionaria como um aparelho de exame ininterrupto, de produção, dentro da aparente homogeneidade que é a regra, da “norma” que permite a comparação, a exclusão, a assimetria, toda a gradação das diferenças individuais.

Porém, sempre que há uma relação de poder, há uma relação de resistência. Entendendo o poder como um modo de ação sobre a ação dos outros, Foucault inclui um elemento: a liberdade. O poder só se exerce sobre sujeitos livres na medida em que são livres, tendo por sujeitos livres, sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades no que se refere a condutas e reações ou modos de comportamento. A relação de poder e a insubmissão e intransitividade da liberdade não se separam. Não se trataria de um antagonismo essencial, mas de um agonismo, relação de incitação recíproca e de luta.

É nesta perspectiva que se coloca a análise de Singer sobre o discurso e as práticas das *escolas livres* ou *escolas democráticas*. Como discursos e práticas de resistência “ao controle da vida mediante a reivindicação da autonomia das crianças sobre seus próprios corpos, suas necessidades e sua felicidade, recusando a aplicação dos mecanismos dominantes de sujeição” (p.47).

“Socialização sem sujeição: uma possibilidade?” É assim que a autora introduz a segunda parte do trabalho, que contém a análise da situação atual das escolas democráticas e os estudos de caso mencionados.

Os textos muito bem construídos, situando historicamente o contexto dos educadores

e suas propostas educacionais, apresentando ricas informações sobre as tendências pedagógicas que disputam o cenário educacional, as influências explícitas e não-explícitas dos educadores das escolas livres, apontam, também, para as contradições e paradoxos, especialmente visíveis quando recuperam as impressões de ex-alunos de Summerhill.

Um desses paradoxos pode ser observado no sistema de disciplina e punição existente nas diferentes escolas livres. Ao observar em tais escolas a existência de disciplina operando com vigor, ou então “uma articulação complexa entre liberdade e responsabilidade, que por vezes parece ainda mais rigorosa do que o modelo de educação dominante” (p.71), Singer propõe que não se pode concluir que se trate do dispositivo disciplinar, dispositivo de moralização operando pela identificação com a norma e visando à submissão. Discutindo a organização das punições no *Lar das Crianças*, mostra como estão ausentes os elementos básicos da punição como instrumento de submissão, pois a norma está constantemente em discussão (não existe uma pré-determinação de “crimes”, e, portanto, de “criminosos”); o poder está plenamente visível (a comunidade); não há hierarquização na distribuição das penas (todos os membros da comunidade podem ser tanto objetos quanto sujeitos da punição); o ato questionado é sempre algo que prejudicou a comunidade, ficando excluídas as sanções referentes a escolhas pessoais. “A característica básica e diferenciadora é que naquelas escolas o poder pertence a todos, sendo as regras as que passam por constantes exames e não as condutas individuais” (p.165).

Outro momento especialmente interessante é o da recuperação das críticas formuladas a Neill e Summerhill pelos psicanalistas e pedagogos progressistas, no que concerne à relação entre as escolas democráticas e a sociedade. A pesquisa verifica que os educadores responsáveis pelas experiências

em questão não eram portadores de um projeto claro e unívoco para a sociedade. As práticas radicais das escolas livres permanecem restritas e isoladas em pequenas comunidades, como Summerhill, por exemplo, sob a forma de internato, com um ritmo pouco afetado pelas mudanças sociais que ocorreram em seus setenta anos de existência e mantendo uma relação bastante defensiva com o sistema vigente. Se o objetivo enfatizado pelos educadores — uma infância feliz — é basicamente atingido, isso não acontece com seu objetivo implícito, qual seja o da transformação social. A autora ressalta que, a partir da análise da situação das escolas livres atuais, parece existir uma maior preocupação com a troca e divulgação das experiências, refletindo a tentativa de constituição de um movimento social efetivo.

Esta segunda parte é brilhantemente encerrada com a análise dos anos 60, marco na história das escolas democráticas em todo o mundo. Derrubando ídolos trata da revolução comportamental cujo auge se deu em 1968. As duas grandes demandas — mudar a vida e a sociedade — combinaram-se das mais diversas formas, em críticas e práticas que buscavam reinventar o lugar da imaginação e da criatividade na luta contra a dominação e a servidão modernas. “A imaginação no poder significava a abertura de todas as possibilidades de vida àqueles que se lançavam a ela: *sejam realistas, que se peça o impossível.*” (p.150)

Esse ambiente cultural favoreceu a formação das escolas livres, principalmente nos Estados Unidos. Especialmente interessante é a história da Sudbury Valley School, fundada em 1968, que, mesmo inspirada na experiência de Summerhill, apresenta distinções importantes. Singer comenta que, com experiências como a da Sudbury, as repúblicas de crianças atingiram uma configuração democrática plena, na qual a responsabilidade é inteiramente dividida, as diferenças são respeitadas sem se con-

verterem em desigualdades e a punição é vista como um mal em si, algo desnecessário e que deve ser evitado (p.158).

Na "Conclusão", a autora recupera o lugar das escolas livres como experiências de resistência. As experiências educacionais das escolas livres ou democráticas inscrevem-se nas novas formas de luta que questionam profundamente as formas de poder que estruturam as sociedades modernas. Práticas de resistência que configuram uma luta transversal, difusa e descentralizada; que se opõem às práticas dominantes nas escolas; propõem a socialização das crianças sem o dispositivo de moralização; questionam a primazia do saber, que tem a técnica e a disciplina como elementos básicos da educação.

República de Crianças recupera os êxitos e os impasses destas propostas de educação que se negaram à aplicação do dispositivo

disciplinar e que ousaram pensar diferente. Trata-se de uma pesquisa importante, de um texto instigante e polêmico: necessário.

Flávia Schilling

Doutora pelo Depto. de Sociologia
da FFLCH/USP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

FERNANDES, H. R. *Sintoma social dominante e moralização infantil: um estudo sobre a educação moral em Émile Durkheim*. São Paulo: Escuta/EDUSP, 1994.

SARAMAGO, J. *História do cerco de Lisboa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DESTAQUE EDITORIAL

OS CURRÍCULOS DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA AS ESCOLAS BRASILEIRAS

Elba Siqueira de Sá Barretto (org.)

Campinas: Autores Associados, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998, 259 p.

As reformas educacionais têm sido acompanhadas ou decorrem de mudanças nas determinações legais sobre o ensino, que alteram o perfil dos cursos oferecidos e o peso relativo das disciplinas no seu interior. A tais reformas segue-se, via de regra, um esforço de renovação dos conteúdos curriculares e do modo de abordá-los, realizado pelos órgãos gestores dos sistemas de ensino, que nem sempre corresponde a uma renovação efetiva do seu tratamento nas escolas.

As prescrições dos órgãos oficiais sobre currículo representam, no entanto, importante acervo de contribuições a ser levado em conta quando se procura entender as tendências que têm predominado no tratamento dos conteúdos veiculados pela escola. De algum modo essas prescrições buscam responder às demandas feitas às instituições escolares por parte da sociedade, tendo em vista as transformações sociais, culturais e econômicas pelas quais esta tem passado. Além de veicularem certos valores compartilhados, as orientações curriculares constituem também instrumentos legitimadores de saberes e atitudes, capazes de referendar interesses de grupos e segmentos que disputam a hegemonia na formação dos corações e mentes das novas gerações.

Este livro se propõe a analisar as orientações curriculares elaboradas por órgãos oficiais para o ensino fundamental no país, procurando contemplar uma visão abrangente do tema, e, ao mesmo tempo, examinar a evolução das abordagens relativas às diferentes áreas do conhecimento escolar.

Espera, desse modo, poder contribuir para o melhor entendimento de estudiosos, professores e dirigentes acerca daquelas que são consideradas as atividades essenciais da escola.

EDUCACIÓN EN VALORES (Coleção de vídeos)

Organização dos Estados Ibero-Americanos para a educação, a ciência e a cultura — OEI
Madri, 1998

A OEI, atendendo às necessidades de seus Estados-membros, elaborou a coleção *Educación en Valores* dentro do projeto Educação e Democracia, incluindo em seu programa "O Ensino de Valores para um Mundo em Transformação".

O material, concebido para contribuir com a formação do professorado, consta de oito capítulos, reunidos em dois vídeos, e em um guia didático destinado a facilitar o seu uso. Os capítulos primeiro e oitavo estão especialmente projetados para sensibilizar o trabalho em equipe dos professores, e os seis restantes apresentam estratégias diferentes para sua utilização na sala de aula.

A coleção *Educación en Valores* foi realizada com a colaboração de uma equipe de professores do Instituto de Ciências da Educação da Universidade de Barcelona, no contexto de um convênio firmado entre a OEI, o Ministério de Educação e Cultura da Espanha e a Associação de Televisão Educativa Ibero-americana.

Os títulos dos diferentes capítulos são:

- **I. A Educação de valores.** *Objetivos:*
 1. analisar a importância da educação de valores numa sociedade democrática;
 2. conhecer os diferentes modelos educativos para os que fazem opção pela educação de valores;
 3. destacar e cons-